

## LITERATURA E EDUCAÇÃO: CONEXÕES E DIREITOS

*LITERATURE AND EDUCATION: CONNECTIONS AND RIGHTS*

*LITERATURA Y EDUCACIÓN: CONEXIONES Y DERECHOS*

Fernanda Gonçalves Doro<sup>1</sup>

Cintia Chung Marques Correa<sup>2</sup>

### Resumo

O direito humano à educação inclui acesso, permanência e qualidade dos serviços. Elementos essenciais sustentam um sistema educacional de qualidade, e o direito à leitura é inalienável, devendo ser garantido a todos os estudantes da rede pública. Este artigo discute a importância da leitura de literatura como direito e pilar da qualidade educacional e o papel da escola como a principal formadora e incentivadora de leitores. Dessa forma, apresenta a experiência da prática de leitura literária desenvolvida em uma escola pública federal, analisada à luz do embasamento teórico. Conclui-se que a formação de leitores de literatura é bem-sucedida quando há uma boa proposta, profissionais preparados e incentivo à participação dos estudantes e que os cidadãos que exercem seu direito de leitura de literatura têm seu desenvolvimento emocional e intelectual enriquecidos.

**Palavras-chave:** Direito à Educação. Educação de Qualidade. Direito à Leitura. Direito à Literatura.

### Abstract

*The human right to education includes access, permanence and quality of services. Essential elements support a quality educational system, and the right to reading is inalienable and must be guaranteed to all students in the public school system. This article discusses the importance of reading literature as a right and pillar of educational quality and the role of school as the main trainer and encourager of readers. In this way, it presents the experience of literary reading practice developed in a federal public school, analyzed in light of the theoretical basis. It is concluded that the training of literature readers is successful when there is a good proposal, prepared professionals and encouragement for student participation and that citizens who exercise their right to read literature have their emotional and intellectual development enriched.*

**Keywords:** Right to Education. Quality Education. Right to Reading. Right to Literature.

### Resumen

<sup>1</sup> Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, Brasil. E-mail: [fernandadorojf@gmail.com](mailto:fernandadorojf@gmail.com) | Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4742-3436>

<sup>2</sup> Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, Brasil. E-mail: [cintia.chung@ucp.br](mailto:cintia.chung@ucp.br) | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3091-8942>

*El derecho humano a la educación incluye el acceso, la permanencia y la calidad de los servicios. Los elementos esenciales sustentan un sistema educativo de calidad, y el derecho a la lectura es inalienable y debe garantizarse a todos los estudiantes del sistema escolar público. Este artículo analiza la importancia de la lectura literaria como derecho y pilar de la calidad educativa y el papel de la escuela como principal formadora y dinamizadora de los lectores. De esta manera, se presenta la experiencia de práctica de lectura literaria desarrollada en una escuela pública federal, analizada a la luz de los fundamentos teóricos. Se concluye que la formación de lectores de literatura es exitosa cuando existe una buena propuesta, profesionales preparados y estímulo a la participación estudiantil y que los ciudadanos que ejercen su derecho a leer literatura ven enriquecido su desarrollo emocional e intelectual.*

**Palabras clave:** Derecho a la Educación. Educación de Calidad. Derecho a la lectura. Derecho a la literatura.

## Introdução

A educação básica, de acordo com o artigo 208 da Constituição Federal e Emendas 14/96, 53/2006 e 59/2009, é obrigatória e gratuita a todos os cidadãos de quatro a dezessete anos de idade, inclusive àqueles que não tiveram acesso na idade adequada. Nesse contexto, é previsto, ainda, atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Além disso, a garantia de qualidade é citada no inciso VII, do artigo 206, como um dos princípios aos quais o ensino deverá ser ministrado.

Por muito tempo, no Brasil, a escola pública atendeu a um público restrito, oferecendo um ensino qualificado apenas à camada mais favorecida da sociedade. Com a expansão das vagas, a partir da Constituição de 1988, visando a atender todos os sujeitos em idade escolar, fez-se necessária a apropriação não só da escola ao novo público, mas de todos os setores que fizessem parte do contexto que possibilitaria a permanência dos estudantes na escola, como transporte, saúde, alimentação, vestuário, cultura, esporte e lazer. Porém, o crescimento da demanda de matrículas não foi respaldado pelo investimento adequado aos diversos setores, o que impossibilitou um maior desempenho do sistema educacional.

Atualmente, a maior parte das crianças de seis a 14 anos é atendida pelo sistema público de educação. De acordo com o censo escolar (2023), há na rede pública 26,1 milhões de estudantes matriculados em escolas públicas nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, o que corresponde a 68% do total de estudantes nessa faixa etária. Já nas creches, 66,8% das crianças estão matriculadas na rede pública, enquanto que na pré-escola, o atendimento é de 78,1% dos estudantes.

O IBGE afirma ainda, que em 2023, da população de 15 a 17 anos, 91,9% estava matriculada e frequente em escolas de todo o Brasil. Esse percentual aumenta para 94,3% quando se refere aos alunos dessa faixa etária que já concluíram o ensino médio e não estão na educação superior. A rede estadual apresentou maior índice de estudantes nessa etapa, com 83,6% matriculados, cerca de 6,4 milhões de alunos. As escolas estaduais atendem a 95,9% de alunos e a rede federal, 3,1%. Já a rede privada atende a 12,8% de estudantes matriculados.

Dar acesso à educação à maioria das crianças e jovens em idade escolar é uma realidade brasileira garantida por lei. Ao que parece, o desafio atual passou a ser oferecer um serviço com a qualidade, capaz de reduzir as desigualdades e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

Para Bernardo e Felix (2023, p. 24), a educação brasileira possui caráter competitivo e meritocrático, o que acentua o ciclo de relação entre as desigualdades social e educacional. Para os autores, “a desigualdade social tem uma forte tendência a se transformar em desigualdade educacional e, do mesmo modo, a desigualdade educacional tende a ser reproduzida nas oportunidades de carreira, de emprego e na vida social de modo geral”. Dessa forma, a qualidade da educação oferecida influencia no nível social de uma comunidade e determina as oportunidades de crescimento econômico, cultural e profissional dos indivíduos, impactando diretamente o desenvolvimento e bem-estar coletivo.

Embora a mensuração da qualidade na educação tenha sido muito debatida, pouco se discutiu sobre princípios e medidas que sustentariam um sistema educacional de qualidade. No presente estudo, considera-se que a qualidade adequada a um sistema educacional se relaciona a uma série de fatores que se interpõem. Não basta garantir que o estudante esteja matriculado em uma escola pública, é preciso que a escola tenha condições de assistir esse indivíduo em suas necessidades cognitivas, biológicas, emocionais, culturais e sociais. Para que a qualidade mínima seja alcançada, é necessário investimento financeiro por parte do poder público, empenho e planejamento das secretarias responsáveis, trabalho contínuo das escolas e apoio da comunidade e das famílias.

Ao que cabe aos pesquisadores da área e professores nesse momento, é o desenvolvimento de pesquisas e um trabalho consciente, bem planejado, que utilize os recursos disponíveis, sem deixar de ir em busca de mais investimentos e de novas tecnologias que irão contribuir para que o sistema educacional

possa atender ao seu público em condições adequadas, que garantam a inserção de todos os estudantes no meio social em que estão inseridos e os preparem para posteriores níveis de estudos.

Compreendendo que há diversos elementos interligados que sustentam os pilares de um sistema educacional de qualidade, o presente estudo, destaca as práticas de incentivo à leitura e a formação de leitores de textos literários como um desses elementos fundamentais.

A leitura é compreendida como um fenômeno que, além de situar o ser no meio em que ele vive, é a forma pelo qual ele poderá modificar a sua existência e das pessoas que estão a sua volta. O sujeito que não tem acesso à educação e não é capaz de realizar a leitura da palavra escrita não pode exercer os seus direitos de cidadão em sua plenitude, não acessa os bens culturais das sociedades letradas e consequentemente têm seus direitos negados. Ter o domínio da linguagem escrita aumenta a capacidade de tomar decisões diante de situações diversas do cotidiano e de contextos maiores. Nesse sentido, pode-se ter a ideia da amplitude que o fenômeno da leitura ocupa na vida dos sujeitos leitores e nos efeitos que exerce sobre a sociedade.

A literatura desempenha um papel relevante na satisfação da necessidade humana de ficção e de fantasia, oferecendo uma forma única de escapismo e reflexão. Ao mergulhar em narrativas literárias, os indivíduos não apenas se distanciam de suas rotinas diárias, mas também encontram um espaço para explorar novas perspectivas e experiências. Esse processo de imersão literária contribui significativamente para a formação da subjetividade e segundo Soares (2006), permite que o leitor vivencie realidades alternativas sem perder sua própria identidade. Assim, a literatura se destaca como uma atividade insubstituível, capaz de proporcionar tanto o prazer imediato quanto um profundo enriquecimento intelectual e emocional.

Para Candido (2011), a literatura é um direito de todo cidadão e não deve ser privilégio de pequenos grupos. A questão atual não se resume apenas ao acesso, visto que a distribuição de livros tem se mostrado ampla e eficiente com o Plano Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). O direito à literatura se desfaz quando grande parte da população, mesmo tendo acesso, não possui o conhecimento necessário para desfrutar dessa atividade, seja porque não desenvolveu habilidades de leitura adequadas, seja pela falta de uma educação literária que promova a apreciação crítica e o prazer pela leitura, perpetuando assim a exclusão cultural e intelectual.

Partindo do exposto, comprehende-se que o direito à leitura de literatura é inalienável e deve ser garantido a todos os estudantes da rede pública. Dessa forma, o presente artigo busca discutir a importância da leitura de literatura como direito e pilar da qualidade educacional e o papel da escola como a principal formadora e incentivadora de leitores.

Para isso, buscou-se embasamento teórico para esta discussão nos postulados de Antonio Cândido, Angela Kleiman, Magda Soares e Rildo Cosson, já que estes apresentam vasta obra dedicada às discussões sobre educação, leitura, letramento literário e formação de leitores. Além disso, utilizou-se a experiência vivenciada no contexto de uma pesquisa em andamento que visa a compreensão da apropriação do material literário distribuído pelo PNLD, em uma turma de nono ano do ensino fundamental de uma escola da rede pública federal.

A metodologia utilizada na pesquisa está pautada nos princípios da pesquisa qualitativa, tendo o estudo de caso como interesse. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram a observação participante, a entrevista semiestruturada e a análise de documentos. A interpretação dos dados foi desenvolvida a partir da Análise Textual Discursiva (ATD) que é uma metodologia que tende a ajustar-se entre os extremos da análise de conteúdo e da análise do discurso, porém, conforme afirmam os criadores dessa metodologia, Moraes e Galiazz (2016), a ênfase recai na atividade interpretativa e de natureza hermenêutica, utilizando, ainda, alguns traços da fenomenologia, buscando várias formas de compreensão dos fenômenos, de maneira a envolver intensamente o pesquisador.

A seção seguinte busca discutir o sentido do direito à educação, visto que, conforme foi exposto, não basta garantir o ingresso dos estudantes nas instituições de ensino, é preciso afiançar que o sistema educacional ofereça um serviço que atenda a todas as necessidades e garanta a qualidade a todo o público atendido.

### **O Direito à Educação e a Qualidade na Educação**

A educação é um fenômeno que trancorre por diferentes dimensões e espaços da vida social, pois ao mesmo tempo que se constitui por meio das interações sociais, contribui diretamente para estabelecer essas relações. Segundo Dourado (2007), a educação é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica econômica, social, cultural e política. Nesse contexto, a qualidade na educação

ocorre numa perspectiva polissêmica, uma vez que envolve múltiplas dimensões, não se limitando apenas às quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis para o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem. Outros importantes elementos devem ser considerados nas discussões sobre a qualidade na educação, como as condições de trabalho e valorização, além da motivação e do engajamento dos profissionais envolvidos nos processos educacionais.

As discussões em torno da qualidade na educação são densas e contraditórias. No Brasil, historicamente, a qualidade no ensino vem sendo considerada a partir de três olhares diferenciados. De acordo com Oliveira e Araújo (2005), a princípio, a qualidade esteve ligada ao número de vagas ofertadas; em seguida, passou a ser determinada pelas disfunções no fluxo ao longo do ensino fundamental; um terceiro olhar passou a considerar generalização de sistemas de avaliação baseados nos resultados dos testes padronizados.

Sabe-se, pois, que diversos órgãos internacionais financiadores de programas educacionais vêm opinando há algumas décadas a respeito dos conceitos de qualidade na educação. De acordo com Dourado (2007), a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO) e o Banco Mundial têm participado ativamente do apoio técnico e da elaboração de projetos educativos para os países em desenvolvimento. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) mostraram-se bastante atuante nesse processo desde as décadas de 1980 e 1990.

Segundo Dourado (2007), para a CEPAL, a avaliação é o meio mais eficaz para o controle das políticas e intervenção no campo educacional. Assim, a qualidade deve ser aferida por meio de avaliações e provas capazes de diagnosticar a situação de cada contexto, norteando os caminhos a percorrer. Já a UNESCO, acredita que a ênfase recaí sobre a dimensão pedagógica que deve ser efetivada por meio do currículo cumprido. O currículo, nesse sentido, deve levar em consideração as condições, possibilidades e aspirações das distintas populações às quais se insere. Há, ainda, o foco na equidade e na eficiência do uso dos recursos destinados à educação. Já o Banco Mundial, centra seus projetos na expansão do acesso, na busca da equidade e eficiência interna e na qualidade considerada pela instituição. Assim, o financiamento de projetos pelo Banco prioriza aqueles que visem à aquisição de livros, capacitação de

professores, equipamento de laboratório, avaliação de aprendizagem, sistemas de exame, pois estes estariam diretamente ligados à melhoria da qualidade das instituições.

Mocarzel e Najjar (2020) propõem a adoção de uma nova epistemologia das qualidades na educação por meio de um paradigma multidimensional que rompe com uma visão positivista e simplista de pensamento, possibilitando a discussão de qualidades a partir de concepções que congregam percepções distintas, mas igualmente válidas. Os autores citam quatro dimensões simultânea e dialeticamente articuladas, a partir dos trabalhos de Sanders (2007): 1. dimensão econômica: abrange os recursos necessários e investimentos que garantam insumos essenciais aos atos educativos como infraestrutura, valorização dos profissionais e gestão eficiente dos recursos econômicos; 2. dimensão pedagógica: visa aos direitos básicos dos estudantes como o acesso e permanência à educação, recursos humanos de qualidade, currículos e materiais didáticos que dialoguem com a diversidade; planejamento e avaliação adequados aos objetivos pedagógicos; garantia da aprendizagem e da formação integral dos sujeitos; 3. dimensão da efetividade política: comprehende a qualidade na educação a partir de um compromisso político, com as devidas mediações; 4. dimensão de relevância cultural: compreensão e respeito às culturas diversificadas, acolhimento e apoio à transformação cultural dos grupos.

Nesse contexto, comprehende-se que a leitura é um instrumento que contribui para a efetivação dos direitos básicos dos estudantes dentro da dimensão pedagógica, pois ela possibilita a imersão do sujeito no mundo contemporâneo e o exercício da cidadania. O indivíduo que não tem acesso à educação e não é capaz de realizar a leitura da palavra escrita, não pode exercer os seus direitos de cidadão em sua plenitude, não acessa os bens culturais das sociedades letradas e consequentemente têm seus direitos negados. Ter o domínio da linguagem escrita aumenta a capacidade de tomar decisões diante de situações diversas do cotidiano e de contextos maiores. Nesse sentido, pode-se ter ideia da amplitude que o fenômeno da leitura ocupa na vida dos sujeitos leitores e nos efeitos que exerce sobre a sociedade.

O exercício da leitura do texto literário em sala de aula poderá servir de veículo para preencher a manifestação pessoal e colaborar para sua autoafirmação, o que, segundo Zilberman (2008), confere à literatura um sentido educativo, levando o estudante a ter mais segurança com as suas próprias experiências. A partir dessa compreensão, serão discutidos, a seguir, o papel da literatura no desenvolvimento dos indivíduos e sua constituição como um direito básico de todo cidadão.

## O Direito à Literatura

Qualquer texto é construído a partir de múltiplos outros textos, outras culturas, diálogos, paródias e experiências diversas. Dessa forma, de acordo com Barthes (2004), nenhum texto é original, pois ele nasce do compartilhamento de diálogos externos e adquire identidade a partir da interação com o leitor, que é capaz de reunir todos os traços que o constituem em um mesmo campo. Nesse sentido, o escritor nasce junto com o texto e todo texto renasce toda vez que é lido, pois a cada leitura cabe uma interpretação.

Bakhtin (2006) defendeu a ideia de que a linguagem se constituiria pelo diálogo de diferentes vozes, o que ele chamaria de polifonia. Assim, perspectivas e valores se refletiriam com a diversidade e complexidade da realidade social e histórica. Nesse contexto, a literatura seria caracterizada pela plurivocalidade, da multiplicidade de vozes que se relacionam, se confrontam e se influenciam mutuamente: vozes do autor, narrador, personagens, leitores, sociedade, cultura, ideologia.

O conceito de polifonia também é utilizado por Bakhtin (2006) para explicar a representatividade da literatura nas múltiplas consciências que coexistiriam no mundo. Nesse universo, todas as vozes possuiriam o mesmo valor. A polifonia seria vista como a capacidade de um texto literário de apresentar diferentes pontos de vista sem subordiná-los ou hierarquizá-los. Sendo assim, cada voz teria a sua autonomia e a sua validade, sem ser reduzida ou anulada pela voz do autor, pois a polifonia seria compreendida como uma forma de respeitar a alteridade e a diversidade na literatura.

Polifonia e carnavalização são termos relacionados por Bakhtin (2006) para compreender a multiplicidade de vozes, na qual são pautadas as suas ideias de pluralidade. Nesse universo democrático, todas as vozes possuiriam o mesmo poder e relevância, em contraposição ao discurso monologizante do autoritarismo soviético vivenciado na época. A carnavalização era vista como um modelo de comunicação, de liberdade ou libertário em que as vozes são mais importantes do que as condições sociais e econômicas, pois são vozes humanas.

Antonio Cândido defendeu o direito de todos os cidadãos à literatura, visto que esta seria um elemento indispensável à sobrevivência. Para Cândido (1999a, p. 82), o ser humano carregaria uma “espécie de necessidade universal de ficção e de fantasia” para satisfazer as suas necessidades mais básicas. Esta se manifestaria constantemente, já que, segundo o autor, o seu consumo é diário e ocorre

de diferentes formas: por meio da leitura de textos, pela apreciação de um espetáculo teatral, pela audição de canções ou mesmo em situações mais simples como um devaneio, uma reflexão criativa ou mesmo ao ir de uma anedota e, nesse contexto, “a literatura é uma das modalidades mais ricas” (Candido, 1999a, p.83). Dessa forma, a literatura consiste numa manifestação universal que ocorre em todos os contextos e em todos os tempos ao mesmo tempo em que se constitui como uma necessidade, sendo assim, sua satisfação, um direito.

Candido (1999b) atribuiu um papel muito importante à literatura na formação de crianças e adolescentes, colocando-a no mesmo grau de importância da atuação da família nesse processo, pois acreditava que as criações ficcionais e poéticas poderiam atuar de modo subconsciente e inconsciente. O autor, apontou, ainda, que a literatura teria o poder de formar, porém, não no sentido de cultivar virtudes e boa conduta, mas mostrando os diferentes contextos e sentimentos existentes na realidade, pois “a literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (Candido, 2011, p. 177).

Dessa forma, compreendendo a literatura de forma dinâmica, ela seria capaz de construir objetos autônomos como estrutura e significados, sendo um meio de expressão de emoções e visão de mundo, além ser uma forma de conhecimento. Assim, é imperativo incluir a literatura no rol dos elementos vinculados aos direitos humanos fundamentais de todos os cidadãos.

A escola é a instituição historicamente consagrada para promover a inserção dos sujeitos no mundo da literatura. No próximo item será discutido o papel da escola no contexto de promoção do direito à leitura de literatura.

### **O papel da escola**

As literaturas infantil e juvenil, por possuírem caráter educativo e formador, vinculam-se à instituição escolar e é nela que encontram os elementos que tornam possível a perpetuação de ambas. Para Soares (2006), o desenvolvimento da literatura infantil e juvenil no Brasil está diretamente relacionado à expansão da educação escolar básica. Esse fato pode ser observado a partir do momento da multiplicação de vagas na escola brasileira que coincide com o aumento expressivo de publicações de livros de literatura infantil e juvenil dentro do território brasileiro.

As fichas de leitura que acompanham parte dos livros infantis e juvenis, a presença constante de escritores de literatura para essas faixas etárias e o grande número de professores escritores de literatura infanto-juvenil comprovam a relação intrínseca que existe entre a escola e a literatura direcionada às crianças e adolescentes.

A escolarização da leitura é real e inevitável, já que a escola é o local de aprendizagem da leitura e formação de leitores, porém, o cuidado que se deve ter, segundo Soares (2006, p. 22), é com a “deturpação, falsificação, distorção, como resultado de uma pedagogização ou uma didatização mal compreendidas que, ao transformar o literário em escolar, desfigura-o, desvirtua-o, falseia-o”.

Assim, os processos de seleção de textos, ordenação de tarefas, ações e procedimentos formalizados fazem parte do sistema de escolarização da literatura e são relevantes na medida em que auxiliam no desenvolvimento da aprendizagem e na expansão de conhecimentos. Dessa forma, a escolarização da leitura constrói uma relação estreita com o desenvolvimento do letramento literário dentro da escola.

Segundo Soares (2006, p. 22), as principais instâncias de escolarização da literatura são: “a biblioteca escolar; a leitura e estudo de livros de literatura, em geral determinada e orientada por professores de Português; a leitura e o estudo de textos, em geral componente básico de aulas de Português”.

A biblioteca escolar ou a sala de leitura utiliza algumas estratégias de escolarização da leitura. A primeira estratégia volta-se para ela própria como o local escolar de guarda e acesso à literatura, “um local escolar a que se atribui um estatuto simbólico que constrói uma certa relação escolar com o livro” (Soares, 2006, p. 23). A segunda estratégia estaria ligada à organização do espaço e do tempo de acesso aos livros e leitura, como o local adequado para a realização da leitura e os momentos propícios para ler. A terceira estratégia liga-se à seleção de livros oferecidos para os alunos e, ainda, uma última estratégia que se volta para a socialização da leitura.

A segunda instância apontada por Soares (2006), a leitura e o estudo de livros de literatura, também faz uso de estratégias para escolarizar a leitura. A primeira estratégia utilizada é a leitura orientada pelo professor de Português que se configura como tarefa escolar. Nesse caso, a leitura possui o objetivo de responder às questões relacionadas e não há possibilidade da leitura por lazer, já que é

escolhida e imposta pelo professor. Os textos geralmente fazem parte de um repertório determinado não dando a chance de participação do aluno na escolha.

Uma outra estratégia da segunda instância é a avaliação que se faz sobre a leitura. É possível que ocorra por meio de prova, preenchimento de ficha, seminários, júri simulado. Essas atividades têm por função demonstrar e comprovar a leitura do texto. Essa ação é indissociável à escola que tem por essência o processo avaliativo.

A terceira instância, a leitura e o estudo de textos, em geral componente básico de aulas de Português, considera quatro aspectos principais: a seleção de textos (gêneros, autores e obras); a seleção do fragmento do texto a ser utilizado para a leitura; a transferência do texto de seu suporte literário para um suporte didático; e o que Soares (2006) considera mais importante- as intenções dos objetivos da leitura e estudo do texto.

Os objetivos traçados para a leitura e para o estudo do texto, normalmente, encontram-se no conjunto de elementos que Soares (2006) chama de “escolarização inadequada” da literatura, pois não conduzem à análise do que é essencial neles: a literariedade, recursos de expressão e o uso estético da linguagem. As atividades desenvolvidas a partir da leitura do texto literário na escola estão centradas nos conteúdos, nas informações que os textos veiculam e não no modo literário, deixando seu caráter emotivo, divertido, prazeroso de lado, para ser um texto para ser estudado. Soares (2006) aponta que ao estudar o texto literário no contexto escolar, é preciso dar ênfase à compreensão de elementos textuais e literários, como a interpretação de analogias, comparações, metáforas, identificação de recursos estilísticos, poéticos, evitando a utilização do texto para o estudo da gramática e metatexto.

Para Cosson (2019), a leitura do texto literário, tendo como pressuposto o desenvolvimento do letramento literário, não se constitui num exercício para preencher o tempo ou para o mero lazer. O letramento literário vai muito além da simples leitura, pois possibilita a construção de inúmeras possibilidades, de forma sistematizada, em busca de objetivos que contribuam não só para a formação de leitores, mas também para a criação de cidadãos críticos e participativos dentro de um contexto. De acordo com Cosson (2019, p. 19), “é no exercício da leitura e da escrita dos textos literários que se desvela a arbitrariedade das regras impostas pelos discursos padronizados da sociedade letrada e se constrói um

modo próprio de se fazer dono da linguagem". Dessa forma, percebe-se que o trabalho estruturado com o texto literário possibilita discussões latentes e o crescimento dos estudantes em seus diversos âmbitos.

No ambiente escolar, a leitura é matéria-prima para o desenvolvimento de todos os processos de aprendizagem e aquisição de conhecimento. A exploração desse objeto transformador deve ser desenvolvida de maneira adequada, sendo planejada, pensada e organizada de modo a romper as barreiras da ignorância, expandindo cada vez mais possibilidades de avanço dos alunos no espaço escolar e nos meios em que interagem. Nesse sentido, o aprendizado e o exercício da leitura se tornam práticas sociais que medeiam e transformam as relações humanas e que tem na escola as bases para o seu desenvolvimento eficaz.

O trabalho com a leitura literária na escola deve ter sustentação na própria literatura e deve ter estratégias bem definidas e organizadas para que se torne uma prática significativa para os estudantes e a comunidade em que estão inseridos. Seu ensino deve partir da experiência com a literatura. Para tanto, de acordo com Cosson (2019), é necessário que o ensino da literatura efetive um movimento contínuo de leitura, partindo do conhecido para o desconhecido, do simples para o complexo, do semelhante para o diferente, com o objetivo de ampliar e consolidar o repertório cultural do aluno.

### **Prática de leitura literária na escola**

Atualmente, as práticas de leitura de literatura estão previstas nas propostas pedagógicas da maioria das escolas, porém, as formas como são trabalhadas se diferem conforme a metodologia utilizada em cada contexto. Algumas escolas têm utilizado o recurso da leitura para desenvolver diversas competências e habilidades, explorando ao máximo esse recurso, sem mutilar as obras ou utilizá-las como pretexto para o estudo de regras gramaticais. A seguir, serão apresentados alguns dados gerados a partir de uma pesquisa, à nível de doutorado, que buscou investigar como a escola se apropria do material literário distribuído pelo PNLD. Assim, o presente recorte apresenta momentos da experiência desenvolvida em uma turma de nono ano do ensino fundamental de uma escola pública federal, a partir da leitura do livro "A revolução dos bichos", de Jorge Orwell.

O Romance "A Revolução dos Bichos", de George Orwell, é uma das obras mais emblemáticas da carreira desse autor. A história se passa na Inglaterra da década de 1940, numa área rural denominada

Granja do Solar. Nesse conto, os animais do local, após anos de maus-tratos, trabalho exaustivo e condições precárias de sobrevivência decidem organizar uma revolta contra os humanos, atingindo, principalmente, o senhor Jones, dono da propriedade. O proprietário da granja é um homem severo, de temperamento agressivo e odiado pelos animais. Os porcos são animais dotados de habilidades intelectuais e lideram a revolta, instituindo uma nova ordem, a qual chamaram de Animalismo.

Embora se assemelhe a um conto infantil, devido a utilização constante da personificação dos animais, caracteriza-se como uma fábula atemporal com referência às experiências políticas de ordem totalitária como o regime stalinista e ao idealismo de Karl Marx. A obra propicia um diálogo entre Literatura, Sociologia e História, ampliando o repertório cultural, social, político e histórico dos leitores ao favorecer o desenvolvimento de habilidades argumentativas, reflexivas e críticas a respeito do mundo e da sociedade.

O primeiro capítulo do livro foi lido pela professora, em voz alta, tendo os estudantes acompanhado a leitura em seus livros. Enquanto lia, a professora fazia algumas pausas para que os estudantes pudessem fazer comentários e questionamentos. Nesses intervalos, os estudantes participavam ativamente fazendo relações com outras leituras, tornando o ato de ler uma prática social. A leitura também foi desenvolvida em voz alta por alguns estudantes que se voluntariaram para fazê-la, enquanto que os demais os acompanhavam em seus próprios materiais.

A professora aproveitou todas as oportunidades para trazer informações novas e discutir temas sugeridos. Assim, em determinado momento, após uma pausa na leitura, um dos estudantes comentou que o livro era repleto de “personificação”. Então, a docente valeu-se da oportunidade para explicar sobre algumas figuras de linguagem como a personificação, a metonímia e a metáfora. Nesse contexto, os estudantes passaram a fazer associações com os nomes dos personagens do texto. A participação foi intensa e a maioria se colocou na discussão.

O interesse pela leitura do texto literário, é fruto de um trabalho planejado, conforme citado pela professora no momento da entrevista:

O meu objetivo ao trabalhar o texto literário com os alunos é formar um leitor de texto literário. Ler o texto que está além do que está explícito ali, mas que o aluno possa perceber elementos estéticos da obra, escolhas do escritor, porque ele usou essa palavra e não aquela,

qual a função comunicativa relacionada à estética literária mesmo (Entrevista professora Camila<sup>3</sup>).

E complementando a sua fala, a professora demonstra utilizar um método para que os estudantes se envolvam com a leitura e, posteriormente, tenham autonomia para fazê-la sozinhos:

Então, no primeiro momento eu leio muito mais em sala do que peço leitura para casa, eu vou indo aos pouquinhos. Quando eu vejo que eu ganhei a turma, de fato, com essa proposta, eu vou deixando mais capítulos para eles lerem individualmente em casa, do que a leitura coletiva em sala [...] O que eu percebo, né, é que, com paciência, os alunos estão envolvidos com o trabalho com o texto, com as oficinas que a gente propõe. Isso fica muito claro quando a gente faz atividade, quando vê algum áudio visual que a gente propõe, que a gente vê que os alunos estão totalmente inteirados com aquilo que a gente propõe. Então, eu percebo, sim, que vai aumento o interesse com o tempo (Entrevista professora Camila).

Na tentativa de incentivar e estimular a imaginação dos estudantes, na leitura de um dos capítulos do livro, a professora convidou a turma para realizar um levantamento de hipóteses sobre quem seria o líder do movimento da revolução. Assim, discutindo possibilidades e atributos de cada animal, a docente envolveu todos numa dinâmica de interação, buscando incentivá-los à continuidade da leitura e prendendo a atenção dos estudantes. Dessa forma, ao testar as hipóteses, os estudantes se sentiram mais presentes no texto, o que intensificou o interesse por finalizar o livro. Esse trabalho possibilitou o desenvolvimento de habilidades que ajudam na formação do leitor autônomo, pois “ao levantar hipóteses, o leitor terá, necessariamente, que postular conteúdos, isto é, terá que imaginar temas e subtemas” (Kleiman, 2004. p. 40).

A interpretação de temas pôde ser incentivada por questionamentos e pela oportunidade de expressão por parte de cada um dos estudantes. Nesse contexto, foi necessário que o grupo tivesse liberdade de interação e soubesse respeitar as opiniões de todos. Assim, ao questionar como o discurso de um dos personagens do texto foi utilizado para a manipulação das massas, a docente incentivou que os estudantes se expressassem com suas tentativas, demonstrando compreensão em relação ao processo, tecendo elogios pela capacidade de se expressarem sem receio de serem censurados.

<sup>3</sup> Utilizamos nomes fictícios para preservar a identidade dos sujeitos.

As práticas de utilização do texto para o estudo de regras gramaticais também foi alvo das observações e parecem estar incutidas nas experiências com o texto literário dentro da escola. Esse fato foi observado a partir dos recortes de entrevista com os estudantes.

F. Você considera a prática de leitura de livro literário importante? Você acha que ler literatura é importante?

MA. Sim, é.

F. Você saberia me explicar por quê?

M.A. Acho que é mais pelo conhecimento, assim, principalmente sobre as regras gramaticais que eu aprendi muito lendo, a questão de pontuação, essas coisas, eu aprendi muito lendo. E pra conhecimento mesmo, tipo o livro que a gente estava lendo “Revolução dos Bichos” é um livro que cai em muitas provas. (Entrevista com MA)

V. Li antes e depois com a professora. Porque na primeira vez que eu li, eu estava mais preocupado com a história, depois eu peguei outras referências, tipo referências linguísticas, nas relações... (Entrevista com V).

Ambas as abordagens dos estudantes demonstram como a leitura de literatura pode contribuir para o desenvolvimento cognitivo e linguístico. Enquanto o primeiro estudante vê a leitura como uma forma de aprimorar habilidades gramaticais por meio de operações cognitivas complexas, o segundo valoriza a capacidade da literatura de estimular a imaginação e a curiosidade.

É possível perceber que o trabalho desenvolvido em aula parte da experiência com a literatura, o que tornou a prática significativa para os estudantes. A professora trabalhou com estratégias bem definidas e organizadas e conseguiu inserir a maior parte dos estudantes no trabalho. Embora fosse possível perceber a ligação do texto com a gramaticalidade em alguns momentos, esse não foi o objetivo principal ao se desenvolver um trabalho com o texto.

A seguir, algumas reflexões acerca das discussões tecidas no percorrer do texto.

## Reflexões

O envolvimento dos estudantes com a leitura precisa ser trabalhado por meio de técnicas e metodologias específicas. Dessa forma, os sujeitos tornam-se receptivos às novas experiências de leitura que desafiam e expandam suas expectativas, oportunizando o conhecimento de novos textos, novas ideias, estilos diferentes de escrita. De acordo com Arena (2010), a função do professor nesse contexto é de oferecer condições para que os estudantes estabeleçam objetivos ao ler, mobilizem conhecimentos e

sejam capazes de elaborar perguntas. Para o autor, o prazer não seria o sentimento definidor de um bom leitor, nem guia para ensiná-lo a ler. O mais importante seria a criação de necessidades geradoras de perguntas que exigem respostas.

Para Kleiman (2002), é necessário construir um contexto no qual o estudante esteja plenamente convencido da importância e relevância da atividade de leitura. Ou seja, mais importante do que ter prazer pela leitura, é compreender a necessidade da interação com o objeto de leitura. Havendo um objetivo para a leitura, o leitor ativo elabora hipóteses e as testa, conforme a leitura se desenvolve. Sendo assim, quanto mais interação houver do leitor com o texto, seu repertório e suas experiências se ampliarão, tornando-o um leitor cada vez mais competente. Dessa forma, envolver os alunos no processo de leitura é de alta relevância, pois desenvolve diversos aspectos que o levarão a um maior nível de maturidade como leitor.

Em relação à oralidade, a habilidade do estudante em se comunicar verbalmente é construída em um ambiente de valorização das suas falas e opiniões e de aceitação das diferenças individuais. Assim, é necessário que todos possam se sentir confortáveis para falar e dividir seus pensamentos. Isso envolve não somente a apreciação da individualidade de cada um, mas também a promoção de atividades que fomentem o diálogo e a manifestação de ideias e emoções. Com essa abordagem, a escola contribui para o avanço da fala dos alunos e também para o reforço da sua confiança e habilidades sociais, equipando-os não só para exposições acadêmicas, mas também para o convívio em comunidade.

A leitura é uma prática social e de acordo com Kleiman (2002, p. 10), nossa interpretação de um texto é influenciada pelo contexto cultural e social em que estamos inseridos. “Em outras palavras, ao leremos um texto, qualquer texto, colocamos em ação todo o nosso sistema de valores, crenças e atitudes que refletem o grupo social em que se deu nossa socialização primária, isto é, o grupo social em que fomos criados”. A possibilidade de expressão dos estudantes durante a leitura é bastante relevante, pois permite a troca de experiências e enriquece o conhecimento de mundo, incentiva o respeito às diferentes visões e opiniões. Kleiman (2002) também afirma que a leitura remete o leitor a outros textos e outras leituras. Dessa forma, ao relembrar fatos e textos conhecidos, a professora fez inferências importantes. Esse tipo de atividade valoriza o aprendizado anterior e traz sentido para as novas aprendizagens, pois fazendo a relação entre os conhecimentos, os estudantes percebem a importância dessas construções.

Conforme já exposto, a metodologia utilizada pela professora era pautada na interação e na participação ativa de toda a turma. Todo material lido era colocado no centro de debates e discussões, buscando dar vez e voz a todos os estudantes. Assim, ao propor atividades com os textos, o espaço para discussões mostrou-se uma prioridade. Nesse contexto, questões que poderiam ser respondidas sem muito entusiasmo, eram discutidas com um certo grau de profundidade que seria impossível se não fosse o trabalho realizado. Essa metodologia tende a desenvolver a percepção do estudante como leitor, tornando-o mais reflexivo mediante o texto. Nesse sentido, Kleiman (2002, p. 24) afirma que “é durante a interação que o leitor mais inexperiente comprehende o texto: não é durante a leitura silenciosa, nem durante a leitura em voz alta, mas durante a conversa sobre aspectos relevantes ao texto”. E dessa forma, o trabalho de formação de leitores foi desenvolvido e aprimorado.

Assim, a leitura é tomada em um sentido mais amplo, pois envolve a percepção de diversos elementos que só serão apreendidos quando o sujeito adquirir um certo nível de maturidade leitora, alcançada a partir de um trabalho planejado, estruturado e de longo prazo, como ocorre nessa escola.

Segundo Cosson (2014), é preciso cautela com a metodologia utilizada para realizar a leitura de literatura no contexto escolar, pois ela não deve ser tratada somente como entretenimento, pois é vista como um lócus de conhecimento e deve ser explorada adequadamente para que não se crie uma barreira entre o texto e o leitor. Assim, o trabalho com o texto literário deve ser realizado por profissional preparado, que seja capaz de criar estratégias e que possa interagir com a leitura e com os estudantes concomitantemente.

### **Considerações finais**

Apesar do imenso potencial dos avanços tecnológicos em conectar o mundo e promover oportunidades igualitárias, ainda enfrentamos obstáculos significativos para transformar essa aspiração em realidade. Um dos maiores desafios contemporâneos é assegurar um sistema educacional de alta qualidade para todos os estudantes brasileiros. Para alcançar esse objetivo, é necessário um investimento substancial em múltiplos setores, incluindo infraestrutura, formação de professores, desenvolvimento de currículos e acesso a recursos tecnológicos.

Além disso, para que o aprendizado se desenvolva de maneira contínua e eficaz, é imprescindível que os estudantes tenham acesso garantido aos direitos fundamentais, como saúde, moradia e cultura.

Esses elementos são essenciais para criar um ambiente propício ao desenvolvimento intelectual e emocional dos alunos, permitindo que eles aproveitem plenamente as oportunidades educacionais oferecidas. Sem essas bases, o progresso educacional pode ser severamente comprometido, dificultando a realização do potencial pleno de cada estudante.

O direito à literatura é uma vertente do direito à educação e deve ser plenamente reconhecido. O acesso à literatura não se restringe apenas à distribuição de materiais nas escolas, mas também exige a implementação de estratégias que promovam a aproximação das pessoas com a leitura literária em diferentes contextos. As escolas, com o apoio dos professores, devem promover a valorização da cultura escrita, transcendendo os limites físicos do ambiente escolar. Repensar o currículo do ensino básico, enfatizando a literatura como uma ferramenta essencial para a vida, é crucial para alcançar esse objetivo.

## Referências

- ARENA, D. B. O ensino da ação de ler e suas contradições. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v.17, n.1, p. 237-247, jan./jun.2010. DOI: <https://doi.org/10.14393/ER-v17n1a2010-11>.
- BAKTHIN. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BARTHES, R. A morte do autor. In: **Rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BERNADO, E. S; FELIX, R.C. R. P. O direito à educação e as desigualdades no Brasil. **Revista Educação E Cultura Contemporânea**. v. 20 p. 1-26, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5935/2238-1279.20230005>.
- BRASIL. [Constituição (1934)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: Promulgada em 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro, 1934.
- CANDIDO. A. **Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes**. 3. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999a.
- CÂNDIDO, A. A literatura e a formação do homem. **Revista do Departamento de Teoria Literária**, (esp.), p. 81-89, 1999b. DOI: 10.20396/remate.v0i0.8635992.
- CANDIDO. A. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.
- COSSON, R. **Letramento Literário**. São Paulo: Contexto, 2019.
- COSSON, R. **Círculos de leitura e letramento literária**. São Paulo, Contexto: 2014.

DOURADO, L. F. (org.). **A Qualidade da Educação: conceitos e definições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: <https://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/A-Qualidade-na-educacao-DISCUSS%C3%83O-N%C2%BA-24.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira (INEP). Censo Escolar: MEC e Inep divulgam resultados do Censo Escolar 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>. Acesso em: 09 set. 2024.

KLEIMAN, A. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. Campinas (SP): Pontes, 2004.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual discursiva**. 3. ed. Revisada e Ampliada. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade na educação: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**. nº 28, p. 5-23, jan /fev /mar /abr, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000100002>.

ORWELL, G. **A Revolução dos Bichos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOCARZEL, M; NAJJAR, J. Qualidade na/da educação como um marco referencial das políticas e práticas educacionais: um enfoque multidimensional. **Em Aberto, Brasília**, v. 33, n. 109, p. 27-46, set./dez. 2020. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4498>. Acesso em 17 jan. 2023.

SOARES, M. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, A. A. M.; BRANDÃO, H. M. B.; MACHADO, M. Z. V. (Org.). **A escolarização da leitura literária**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 17-48.

ZILBERMAN, R. O papel da literatura na escola. **Via Atlântica**, n. 14, p. 11-22, dez, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50376>. Acesso em: 09 set. 2024.

Licença Creative Commons – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CCBY-NC4.0)

#### Como citar este artigo:

DORO, Fernanda Gonçalves; CORREA, Cintia Chung Marques. Literatura e educação: conexões e direitos. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 22, 2025. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/11621>. Acesso em: dd mmm. aaaa.

**Financiamento:** O estudo não recebeu financiamento.

**Contribuições individuais:** Conceituação, Metodologia, Recursos, Software, Visualização, Curadoria dos Dados, Investigação, e Escrita – Primeira Redação: Fernanda Gonçalves Doro. Análise Formal, Administração do Projeto, Supervisão, Validação, e Escrita – Revisão e Edição: Fernanda Gonçalves Doro, Cintia Chung Marques Correa.

**Declaração sobre o uso de Inteligência Artificial:** Os autores declaram que não utilizaram quaisquer ferramentas de Inteligência Artificial na elaboração deste trabalho e assumem total responsabilidade pelo conteúdo apresentado.

**Revisora:** Fernanda Gonçalves Doro (Revisão de Língua Portuguesa e ABNT)

**Sobre as autoras:**

FERNANDA GONÇALVES DORO é graduada em Letras pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) e em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Possui Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP-RJ). É professora dos anos iniciais da rede municipal de educação de Juiz de Fora (MG).

CINTIA CHUNG MARQUES CORREA é graduada em Pedagogia pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP-RJ). Possui Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP-RJ). É Professora Assistente da Universidade Católica de Petrópolis (UCP-RJ).

Recebido em 14 de setembro de 2024  
Versão corrigida recebida em 12 de outubro de 2025  
Aprovado em 28 de novembro de 2025